O CAMPO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE SUA ESTRUTURA, ATORES E DINÂMICA RELACIONAL

THE FIELD OF EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL: AN ANALYSIS FROM ITS STRUCTURE, ACTORS AND RELATIONAL DYNAMICS

EL CAMPO DE LAS POLÍTICAS EDUCATIVAS EN BRASIL: UN ANÁLISIS DESDE SU ESTRUCTURA, ACTORES Y DINÁMICAS RELACIONALES

Miguel Costa[1]

RESUMO
Em diálogo com a historicidade inerente ao campo de produção do conhecimento em política educacional no Brasil, o artigo tem como objetivo analisar sua estrutura, atores e dinâmica relacional. De modo objetivo, analisa os grupos de pesquisa que dele emergem, os recursos humanos a ele vinculados e os círculos/ redes de produção de conhecimento nele configurados. O campo das políticas educacionais é compreendido enquanto um sistema de relações sociais que possui relativa autonomia, com normas e dinâmica relacional própria, simultaneamente relacionado e, ao mesmo tempo, influenciado por um espaço social que lhe envolve. Já os círculos relacionais nele configurados são aqui compreendidos como redes configuradas entre atores/ pesquisadores que se dedicam à produção e difusão de conhecimento. A análise revelou um campo de produção de conhecimento significativamente amplo, complexo e em processo de expansão no país. Porém isso não significa que todos os grupos estejam no mesmo nível de consolidação, seja sob o ponto de vista da interação acadêmica e institucional com outros grupos, de configuração epistemológica e, inclusive, sob o aspecto de difusão do conhecimento produzido. Apesar de algumas exceções, a análise ainda indica baixos índices de vinculação colaborativa entre si, às redes de pesquisa já estabelecidas, assim como no que diz respeito à colaboração interinstitucional.
PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas educacionais; campo científico; grupos de pesquisa; dinâmica relacional.

ABSTRACT
In dialogue with the historicity inherent to the field of knowledge production in educational policy in Brazil, the article aims to analyze its structure, actors and relational dynamics. Objectively, it analyzes the research groups that emerge from it, the human resources linked to it and the circles/networks of knowledge production configured within it. The field of educational policies is understood as a system of social relations that has relative autonomy, with its own norms and relational dynamics, simultaneously related to and, at the same time, influenced by a social space that surrounds it. The relational circles configured in it are understood here as networks configured between actors/researchers who are dedicated to the production and dissemination of knowledge. The analysis revealed a significantly broad, complex and expanding field of knowledge production in the country. However, this does not mean that all groups are at the same level of consolidation, whether from the point of view of academic and institutional interaction with other groups, epistemological configuration and even from the aspect of dissemination of knowledge produced. Despite some exceptions, the analysis still indicates low rates of collaborative linkage among themselves, to already established research networks, as well as with regard to interinstitutional collaboration.
KEYWORDS: educational public policies; scientific field; research groups; relational dynamics.

RESUMEN
En diálogo con la historicidad inherente al campo de producción de conocimiento en política educativa en Brasil, el artículo tiene como objetivo analizar su estructura, actores y dinámica relacional. Objetivamente, analiza los grupos de investigación que surgen de él, los recursos humanos vinculados a él y los círculos/redes de producción de conocimiento configurados en su seno. El campo de las políticas educativas se entiende como un sistema de relaciones sociales que tiene relativa autonomía, con normas y dinámicas relacionales propias, simultáneamente relacionadas y, al mismo tiempo, influenciadas por un espacio social que lo rodea. Los círculos

[1] Doutor em História PPGH UNISINOS. Pós-doutor em Educação pelo PPGE UEPG.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

relacionales configurados en él se entienden aquí como redes configuradas entre actores/investigadores que se dedican a la producción y difusión de conocimiento. El análisis reveló un campo de producción de conocimiento significativamente amplio, complejo y en expansión en el país. Sin embargo, esto no significa que todos los grupos estén en el mismo nivel de consolidación, ya sea desde el punto de vista de la interacción académica e institucional con otros grupos, de la configuración epistemológica e incluso desde el aspecto de la difusión del conocimiento producido. A pesar de algunas excepciones, el análisis todavía indica bajos índices de vinculación colaborativa entre sí, con redes de investigación ya establecidas, así como con respecto a la colaboración interinstitucional.
PALABRAS CLAVE: políticas públicas educativas; campo científico; grupos de investigación; dinámica relacional.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Contemporaneamente, cada vez mais as políticas públicas para educação se consolidam como campo de pesquisa e de estudos sistemáticos no Brasil, o que pode ser percebido pelo expressivo número de programas de pós-graduação em Educação com linhas de investigação vinculadas a este campo de produção de conhecimento. Aliás, nenhum exagero seria considerar que a institucionalização acadêmica, par e passo com a consolidação e expansão dos programas de pós-graduação, verificada na última avaliação quadrienal da área da Educação (2017-2020), encontra eco na própria agenda de políticas públicas para educação brasileira. [2]

Não obstante, a constituição deste campo possui historicidade própria, de modo que alguns fatores concorreram substancialmente para que sua atmosfera epistemológica passasse por um processo de ressignificação. É possível mesmo considerar que se ao longo de boa parte da segunda metade do século XX, a produção de conhecimento manteve-se associada à teoria das escolhas racionais com vistas a melhorar os serviços públicos e estatais, a partir da décadas de 1970-80, período em que as contradições inerentes ao funcionamento das democracias ocidentais emergiram de forma expressiva, uma certa visão utópica que cercava a noção racional e linear das políticas públicas cedeu lugar a uma visão crítica sobre as contribuições da educação à constituição de sociedades mais justas e desenvolvidas (Ball; Mainardes, 2011; Martins, 2013).

A partir do contexto intelectual do Reino Unido, mas em diálogo com o que foi e tem sido produzido fora dele, Stephen Ball (2011) considerou que ao vivenciarem um contexto de pós-guerra e de implementação do Estado de Bem-estar, os pesquisadores da Sociologia da Educação preocuparam-se, sobretudo, com os problemas do acesso e da universalização do ensino. A grande variável presente, em boa parte dos estudos daquela época, foi a classe

[2] Ver, (Brasil, 2021).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

social. As pesquisas voltavam-se para os ideais de igualdade e prosperidade e tinham em geral uma "relação positiva e influente com os processos de elaboração de políticas" (Ball, 2011, p. 81).

Nos anos 1980, essa tendência se ampliou quando o campo da Sociologia da Educação tornou-se ainda mais fragmentado e a variável classe social perdeu significativo espaço nas análises sociológicas. A partir de então, as pesquisas nessa área ganharam um enfoque bastante técnico e os conflitos sobre a luta por justiça social que anteriormente ocupavam o centro das discussões foram, gradativamente, sendo substituídos não só por um "empiricismo racionalista", como, também, por problemáticas passiveis de testes e de comprovações dotadas de cientificidade (Ball, 2011, p. 84).

Nessa direção, Ball (2011) sinaliza para a necessidade de construção de alternativas de investigação no campo, as quais sejam capazes de romper com o tecnicismo e que verdadeiramente colaborem para uma leitura complexa do contexto educacional. Não à toa salienta que a teoria é um importante instrumento que nos ajuda a pensar diferente, a nos "desfamiliarizar de práticas e categorias vigentes para fazê-las parecer menos evidentes [...] abrindo espaços para a invenção de novas formas de experiência" (Ball, 2011, p. 93). Contudo, isso não significa que a teoria deva ser acionada de forma mântrica e dogmática, mas de forma consistente a ponto de que sejamos capazes de colocá-la à prova quando necessário (Ball, 2011, p. 98).

Voltados para o caso brasileiro e sem deixarem de observar a pluralidade epistemológica que permeou e que tem permeado o processo de constituição deste campo de produção de conhecimento, Mainardes, Ferreira e Tello (2011) defendem a necessidade de maior ampliação das discussões acerca dos referenciais teóricos utilizados no campo, sob o enfoque de bases epistemológicas diversificadas sem, contudo, perder de vista seus próprios limites. Consideram, por exemplo, que a perspectiva pós-estruturalista representa uma tentativa de superar as abordagens descritivas e pluralistas, bem como as abordagens marxistas.

A produção intelectual acerca das políticas educacionais não apenas tem crescimento significativamente, como, também, é ampla e não seria, evidentemente, o espaço deste artigo, o *locus* adequado para explorá-la com densidade. Também porque este não é o objetivo do artigo. No entanto, parece-me possível inferir que, embora vários pesquisadores tenham se dedicado a examinar essa produção científica, o que pode ser constado por inúmeros trabalhos elaborados no formato de estado da arte, estado do conhecimento, campo da questão, balanços

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

de teses e de dissertações,[3] ainda pouco se sabe sobre a configuração estrutural deste campo de produção de conhecimento no País. Parafraseando César Tello e Jefferson Mainardes (2015, p. 173), "o que está claro é que necessitamos ter um diagnóstico, porque muito se fala sobre como pesquisamos, mas poucos são os dados que possuímos".

Em diálogo, portanto, com a historicidade inerente ao campo de produção do conhecimento em política educacional no Brasil, o artigo se debruça sobre sua estrutura e seus atores. De modo objetivo, analisa os grupos de pesquisa que dele emergem, os recursos humanos a ele vinculados e os círculos/ redes de relações nele configurados. O campo das políticas educacionais é enfocado enquanto um microcosmo social, um sistema de relações sociais que possui relativa autonomia, com normas e princípios característicos, simultaneamente relacionado e, ao mesmo tempo, influenciado por um espaço social que lhe envolve (Bourdieu, 1983). Já os círculos relacionais nele configurados são aqui compreendidos como redes configuradas entre atores/ pesquisadores que se "dedicam à produção e difusão de conhecimento, que se comunicam em função de suas atividades profissionais ou acadêmicas" (Devés-Valdés, 2007, p. 30).

A plataforma do Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP – CNPq) foi a principal fonte de coleta de dados para organização da base de análise documental. Isso porque, as informações nela constante dizem respeito aos recursos humanos participantes nos grupos de pesquisa, às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades de conhecimento e aos setores de atividades envolvidos, aos cursos de mestrado e doutorado com os quais o grupo interage e à produção científica e tecnológica, além de localizar o grupo no espaço e no tempo.

A partir de busca parametrizada no DGP-CNPq durante o biênio 2019-2020 foram identificados 275 grupos relacionados à Política Educacional, distribuídos em 117 instituições de ensino superior,[4] sendo que 55 (20%) deles em instituições de ensino privadas e 220 (80%) em públicas – 74 (26,9%) pública estadual e 146 (53,1%) pública federal. Isso, contudo, não significa que todos os grupos identificados tenham as políticas educacionais como seu foco

[3] Ver, entre outros, Paiva (1998); Wittmann; Racindo (2001); Azevedo; Aguiar (2001); Azevedo (2004); Mainardes; Ferreira; Tello (2011); Martins, (2011a, 2011b); Souza (2014).

[4] De corte quantitativo mas ancorado na análise qualitativa, os dados coletados foram organizados de acordo com o número de identificação do grupo, nome do grupo, ano de criação, linhas de pesquisa; recursos humanos (pesquisadores e estudantes – de iniciação científica, mestrado e doutorado); produção cientifica e tecnológica; região; instituição; vinculação institucional; colaboração científica, entre outras variáveis pertinentes à configuração da amostra. Foram tratados com auxílio de dois *softwares* específicos: *Microsoft Excel* e *Geph*. No primeiro caso, para criação do banco de dados e das matrizes relacionais. No segundo, para identificação das redes que poderiam emergir ao longo da análise.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

principal de investigação. Porém, todos eles com pelo menos uma de suas linhas de pesquisa dedicadas ao campo de investigação em tela. Das 917 linhas de pesquisa identificadas, 312 (34%) estão relacionadas ao campo das políticas educacionais.

Metodologicamente a análise se ancorou na *network analysis*, concepção metodológica que busca apreender o modo como os indivíduos situam-se, interatuam e criam mecanismos de circulação de recursos individuais e coletivos, no seio de esquemas virtuais de aglutinação social (Bertrand,2000). Nesta perspectiva, o conceito de rede emerge como uma ferramenta fundamentalmente capaz de permitir a observação da complexidade que permeia o tecido social no qual os indivíduos se localizam e interatuam. Na esteira deste recurso metodológico e com essa compreensão, os dados foram analisados a partir de dois eixos de reflexão: a) o aspecto social dos relacionamentos no processo de construção do conhecimento no campo das políticas educacionais e b) as estruturas intelectuais configuradas neste mesmo campo.

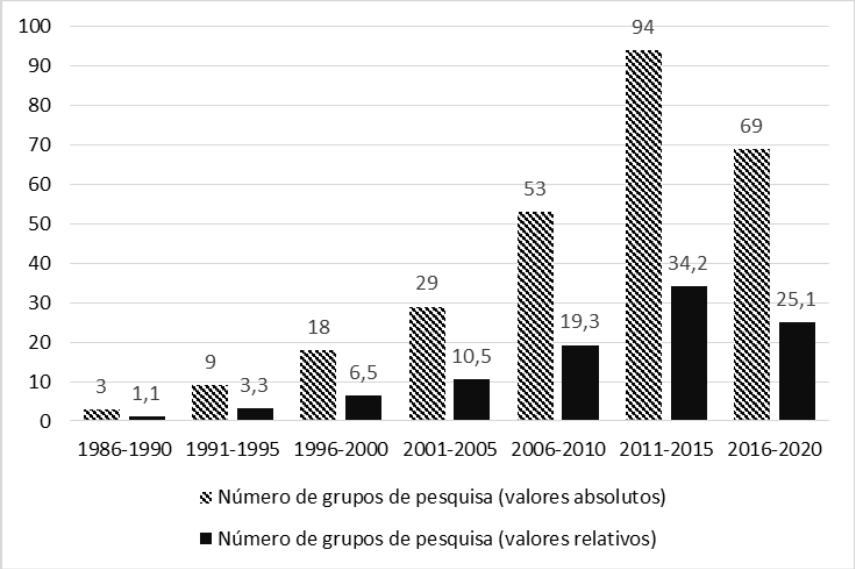
A ESTRUTURA DO CAMPO A PARTIR DO DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA NO BRASIL (DGP – CNPQ)

O debate acerca da institucionalização da Política Educacional como campo de investigação no Brasil ganhou força em meados da década de 1980. Mais precisamente em 1984, quando pesquisadores vinculados à Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPEd) pautaram a necessidade da criação de um grupo de trabalho dedicado a este campo de investigação. Também remonta aquele período os primeiros registros de grupos de pesquisa no DGP-CNPq. Contudo, embora a busca parametrizada naquela base de dados indique que foi nos últimos 5 anos da década de 1980 o período de institucionalização dos primeiros grupos relacionados às políticas educacionais no país,[5] apenas 21,5% dos grupos que compõe a amostra foram criados até 2005, sendo que 78,5% deles foram cadastrados após este período, com nítido destaque para o quinquênio de 2011-15, quando 94 grupos foram cadastrados na DGP-CNPq (Gráfico 01).

[5] HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (1986); Núcleo de Estudos de Política e Gestão da Educação (1988), e o Núcleo de Estudos, Experiências e Pesquisas Educacionais (1989).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

GRÁFICO 01 – Cadastro de Grupos de Pesquisa relacionados às políticas educacionais no DGP-CNPq (1986-2020)



Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

Sob o ponto de vista da distribuição geográfica, percebeu-se, conforme Quadro 01, acentuada disparidade regional. Enquanto as regiões sudeste (29,1%) e sul (32,4%) concentram 61,5% destes grupos, 38,5% estão destruídos nas demais regiões geográficas brasileiras.

QUADRO 01 – Distribuição dos Grupos de Pesquisa por Grandes Regiões Brasileiras – 2020

Grande Região	n.º	%
Centro-oeste	32	11,6
Nordeste	47	17,1
Norte	27	9,8
Sudeste	80	29,1
Sul	89	32,4
	275	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

Evidentemente que esta disparidade encontra eco no processo histórico e político que marcou e tem marcado o setor há décadas. Ainda que este desequilíbrio seja uma

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

característica relevante entre as grandes regiões brasileiras, o significativo avanço quantitativo de grupos de pesquisa cadastrados no DGP-CNPq no quinquênio 2011 e 2015 (Gráfico 01) dialoga com as ações de reestruturação, de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como de fomento à Ciência, à Tecnologia e Inovação (CT&I), especialmente impulsionadas no governo Lula da Silva.

A análise do Quadro 2 coloca em evidencia que foi na esteira das políticas implantadas a partir de 2007, no âmbito do governo federal, que houve um aumento expressivo de cadastros de grupos de pesquisa relacionados às políticas educacionais no DGP-CNPq. Este impacto pode ser percebido na medida em que se observa os percentuais acumulados de castrado. Mesmo que no período entre 2010 e 2020 haja variação significativa em números absolutos de região para região, os índices percentuais são próximos dos 80% para todas elas. Embora as regiões Sul 70 (78,7%) e Sudeste 66 (82,5%) também apresentem crescimento relativo mais elevado, as macrorregiões Centro-oeste 25 (78,1%), Nordeste 34 (72,3%) e Norte 21 (77,8%) acompanham um movimento similar no que diz respeito ao percentual de cadastros efetuados no período (Quadro 02).

QUADRO 02 – Cadastro de Grupos de Pesquisa relacionados às Políticas Educacionais no DGP-CNPq, por grandes regiões (Centro-oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul) – intervalos quinquenais

	Centro-oeste		**Nordeste**		**Norte**		**Sudeste**		**Sul**	
	n.º	**%**	**n.º**	**%**	**n.º**	**%**	**n.º**	**%**	**n.º**	**%**
1986-1990	-	-	-	-	1	3,7	1	1,3	1	1,1
1991-1995	1	3,1	4	8,5	-	-	2	2,5	2	2,2
1996-2000	2	6,3	2	4,3	3	11,1	6	7,5	5	5,6
2001-2005	4	12,5	7	14,9	2	7,4	5	6,3	11	12,4
2006-2010	5	15,6	11	23,4	2	7,4	17	21,3	18	20,2
2011-2015	7	21,9	13	27,7	10	37,0	34	42,5	30	33,7
2016-2020	13	40,6	10	21,3	9	33,3	15	18,8	22	24,7
Total	**32**	**100,0**	**47**	**100,0**	**27**	**100,0**	**80**	**100,0**	**89**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

O Mapa 01 ilustra a distribuição dos grupos por unidades federativas, o que deixa ainda mais evidente a supremacia das regiões Sudeste e Sul.[6] Dos 275 grupos identificados na DGP-CNPq (2020), o estado de São Paulo, sozinho, concentra 51 deles. Com 37 grupos aparece o Rio Grande do Sul, seguido do Paraná, unidade federativa que contabiliza 33 grupos. Há, contudo, que se destacar o estado do Pará na região Norte, estado que contabiliza 13 grupos de pesquisa relacionados às políticas educacionais.

[6] Para uma análise regional, ver Mainardes (2021).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

MAPA 01 - Distribuição dos grupos de pesquisa relacionados às políticas educacionais por unidade federativa do Brasil (2020)



Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

Ao considerar o número de instituições de ensino superior instaladas nessas unidades da federação, em especial as públicas, a disparidade aparentemente não seria uma surpresa se considerarmos uma relação direta entre o número de IES e, consequência lógica, o maior ou menor número de grupos de pesquisa. Enquanto a maioria dos estados da região Norte e Nordeste contam, grosso modo, com uma instituição federal e uma estadual, no máximo duas estaduais e duas federais, São Paulo conta 04 (quatro) universidades estaduais e 03 (três federais), Rio Grande do Sul com 01 (um) universidade estadual e 06 (seis) federais distribuídas no estado. Cenário semelhante também apresenta o Paraná, estado que contabiliza 03 (três) federais e 07 (sete) estaduais.

Na região Norte, uma das exceções é o estado do Pará, que conta com 04 (quatro) universidades federais e 01 (uma) estadual e é justamente numa dessas IES onde foi identificado a maior concentração de grupos de pesquisa. A Universidade Federal do Pará (UFPA), conta com 9 (3,3%) do grupos que compõe a amostra: GEPES/UFPA - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior; Estado e Educação na Amazônia; Grupo de Estudo e Pesquisa de Política Educacional, Formação e Trabalho Docente; Grupo de Estudos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

e Pesquisas em Políticas Educacionais no Arquipélago; Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas para a Educação Básica – GEPPEB; Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais na Região do Baixo Tocantins – GEPEBATO; GEPECAMPO - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo e Epistemologia; Grupo de Pesquisa em Política, Gestão e Avaliação da Educação; e o grupo Observe.

Os 9 grupos identificados reúnem 50 pesquisadores, 46 estudantes (de doutorado, mestrado e graduação) e 1 colaborador português distribuídos em 11 linhas pesquisa: Avaliação de Políticas Públicas Educacionais, Política Educacional e Trabalho Docente; Políticas Educacionais e Programas de Gestão da Escola Básica; Políticas Públicas Educacionais; Políticas de Educação Superior; Políticas Educacionais, Formação e Trabalho Docente; Políticas Públicas e Reformas Educacionais no Arquipélago do Marajó; Políticas Educacionais, Gestão e Financiamento da Educação Básica; Políticas Educacionais e Reformas na Educação Básica; Políticas Públicas Educacionais para o Campo; Avaliação de sistemas e políticas públicas educacionais; Políticas Públicas Educacionais.

Em relação ao estado de São Paulo, dos 51 grupos de pesquisa identificados 19 deles (37,3%) estão cadastrados em instituições de ensino superior privadas e 32 (62,7%) em instituições públicas – 19 (37,3%) pública estadual; 13 (25,5%) pública federal. Juntos, reúnem 582 pesquisadores distribuídos em 54 linhas de pesquisa.

Como qualquer campo de investigação em processo de consolidação, não resta tarefa simples delimitar os contornos temáticos que o compõe. Embora essa amplitude dificulte a delimitação de temáticas específicas de investigação, o que certamente ofereceria maior precisão à análise realizada, as 312 linhas de pesquisa identificadas na amostra foram agrupadas a partir de objetos/ temas comuns (Quadro 3).

QUADRO 3 – Grupos temáticos contemplados nas linhas de pesquisa relacionadas às Políticas Educacionais – DGP-CNPq (2020)

Grupo temático	n.º	%

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

Pesquisa em Política Educacional	60	19,2
Gestão (escolar, educacional entre outras)	59	18,9
Estudos de natureza teórica	37	11,9
Etapas, níveis e modalidades	34	10,9
Políticas voltadas ao trabalho docente	25	8,0
Avaliação de Políticas	23	7,4
Estado e políticas	18	5,8
História da Política Educacional	14	4,5
Políticas curriculares	13	4,2
Demandas educacionais	11	3,5
Análise de políticas	6	1,9
Reformas (do Estado, Educacional)	6	1,9
Financiamento da educação	2	0,6
Legislação educacional	2	0,6
Organismos Internacionais	2	0,6
Total	**312**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

A partir do Quadro 3, percebe-se significativa concentração de linhas de pesquisa em pelo menos seis 6 grupos temáticos, o que denota, embora com contornos amplos, uma tendência de investigação no âmbito dos grupos de pesquisa identificados.

No caso especifico do estado de São Paulo, estado com maior concentração de grupos, 13 (24,1%) linhas de pesquisa estão relacionadas à investigações cujo foco de estudo é o próprio campo acadêmico das políticas educacionais, por conta disso definido como "pesquisa em políticas educacional". De modo associado à Gestão (escolar e educacional) 10 (18,5%), Avaliação de Políticas 6 (11,1%), Etapas, Níveis e Modalidades 5 (9,3%) e Políticas voltadas ao trabalho docente 5 (9,3%), estes grupos temáticos representam 72,2% das 54 linhas de pesquisa identificadas (Quadro 04).

QUADRO 4 – Grupos temáticos contemplados nas linhas de pesquisa relacionadas às Políticas Educacionais – Estado de São Paulo (2020)

Grupos temáticos	**N.º**	**%**
Pesquisa em Política Educacional	13	24,1
Gestão (escolar, educacional entre outras)	10	18,5
Avaliação de Políticas	6	11,1
Etapas, níveis e modalidades	5	9,3

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

Políticas voltadas ao trabalho docente	5	9,3
Estado e Instituições	4	7,4
Análise de políticas	3	5,6
Reformas (do Estado, Educacional)	3	5,6
Estudos de natureza teórica	2	3,7
História da política educacional	1	1,9
Legislação educacional	1	1,9
Políticas curriculares	1	1,9
Total	**54**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

Não obstante os grupos cadastrados em IES localizadas no Paraná contabilizarem 41 linhas de pesquisa relacionadas ao campo das políticas educacionais e, no Rio Grande do Sul, este número seja de 45, ambos os estados apresentam tendência percentual similar quanto aos grupos temáticos de investigação (Quadros 5 e 6), e, também, em relação ao número de pesquisadores vinculados aos grupos.

No estado do Paraná, foram identificados 379 pesquisadores e 4 grupos temáticos concentram 28 ou 68,3% das linhas de pesquisa relacionadas às políticas educacionais: Estudos de natureza teórica 9 (22,0%); Gestão (escolar, educacional entre outras) 8 (19,5%); Pesquisa em Política Educacional 6 (14,6%); e História da Política Educacional 5 (12,2%). Já, no caso dos grupos estabelecidos nas IES gaúchas, cujo número absoluto de pesquisadores é de 380, 35 ou 77,8% das linhas de pesquisa estão concentras nos subgrupos "Pesquisa em Política Educacional" 11 (24,4%), "Estudos de natureza teórica" 10 (22,2%), Etapas, níveis e modalidades 8. 17,8%, Gestão (escolar, educacional entre outras) 6 (13,3%).

QUADRO 5 – Grupos temáticos contemplados nas linhas de pesquisa relacionadas às Políticas Educacionais – Estado do Paraná (2020)

Grupo temático	**n.º**	**%**
Estudos de natureza teórica	9	22,0
Gestão (escolar, educacional entre outras)	8	19,5
Pesquisa em Política Educacional	6	14,6
História da Política Educacional	5	12,2
Etapas e modalidades	4	9,8
Avaliação de Políticas	3	7,3
Análise de políticas	2	4,9

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

Políticas voltadas ao trabalho docente	2	4,9
Estado e Instituições	1	2,4
Organismos Internacionais	1	2,4
Total	**41**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

QUADRO 6 – Grupos temáticos contemplados nas linhas de pesquisa relacionadas às Políticas Educacionais – Estado do Rio Grande do Sul (2020)

Grupo temático	**n.º**	**%**
Pesquisa em Política Educacional	11	24,4
Estudos de natureza teórica	10	22,2
Etapas, níveis e modalidades	8	17,8
Gestão (escolar, educacional entre outras)	6	13,3
Políticas voltadas ao trabalho docente	3	6,7
Estado e Instituições	2	4,4
Políticas curriculares	2	4,4
Avaliação de Políticas	1	2,2
Financiamento da Educação	1	2,2
Reformas (do Estado, Educacional)	1	2,2
Total	**45**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

Evidentemente que uma análise mais densa em relação às linhas de pesquisa de cada grupo, correlacionando-as à produção científica pertinente a cada uma delas e, identificando recortes temáticos e objetos, assim como marcos teórico-metodológicos, contribuiria significativamente para melhor compreender os reais contornos do campo de investigação em políticas educacionais no Brasil. Contudo, este não foi o foco deste artigo. O objetivo desta síntese inicial e por este motivo pontual, foi esboçar, em linhas gerais o modo como este campo vem se estruturando no País, com maior ou menor intensidade regional.

OS AGENTES DO CAMPO: PESQUISADORES, GRUPOS, INSTITUIÇÕES E SUAS REDES

Em diálogo com a perspectiva teórica que orientou este trabalho, entende-se que os 275 grupos de pesquisa relacionados às Políticas Educacionais identificados no DGP-CNPq,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

assim como os 3.088 pesquisadores, 2.468 estudantes (de doutorado, mestrado e graduação) e os 102 colaboradores estrangeiros oriundos de 18 países, assumem o *status* de agentes deste campo. Identificar as configurações sociais por eles construídas, assim como mensurar o impacto na arquitetura estrutural do campo é o objetivo a seguir.

No que diz respeito aos recursos humanos (pesquisadores, estudantes e colaboradores estrangeiros), o Quadro 07 nos permite novamente perceber significativa assimetria regional. Sobretudo, em relação a alta concentração de recursos humanos nas regiões sul e sudeste do País. Enquanto essas duas regiões centralizam 62,2% do universo de pesquisadores nacionais vinculados aos grupos de pesquisa, as demais regiões concentram 37,8%. A assimetria se eleva ainda mais em relação à concentração de colaboradores estrangeiros, uma vez que Sul e Sudeste concentram 85,3% destes pesquisadores, enquanto apenas 14,7% estão vinculados a grupos de pesquisas localizados nas regiões Centro-oeste, Norte e Nordeste.

Já os percentuais relativos aos estudantes não apresentam a mesma assimetria constatada em relação aos pesquisadores nacionais e estrangeiros. Sul e Sudeste concentram 54,9% dos estudantes vinculados aos grupos de pesquisas, enquanto Centro-oeste, Norte e Nordeste reúnem 45,1%. Apesar dos índices não serem aparentemente tão discrepantes assim, se analisarmos os percentuais por região, é possível identificar que o índice percentual de estudante na região Norte é de apenas 4,9%, enquanto na região Sul é de 33,3%, o que coloca em tela expressiva assimetria.

QUADRO 7 – Recursos humanos vinculados aos Grupos de Pesquisa relacionados às Políticas Educacionais – Estado do Rio Grande do Sul (2020)

Região	Pesquisadores (Doutores, Mestres, Especialistas e graduados)	Estudantes (Doutorado, Mestrado e Graduação)	Colaboradores estrangeiros	Total
Centro-oeste	414	414	6	**834**
Nordeste	538	578	5	**1.121**
Norte	214	121	4	**339**
Sudeste	902	532	27	**1.461**
Sul	1020	823	60	**1.903**
Total	**3088**	**2468**	**102**	**5.658**

Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

Identificar os agentes do campo se constitui tarefa fundamental para análise, até porque, sem ela seria impossível mapear e mensurar a configuração estrutural de suas

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

relações. Partindo da premissa de que são justamente essas relações entre os agentes que configuram o campo e que simultaneamente os posicionam, de imediato emerge um possível modelo de interação estrutural no formato de uma teia, uma rede de agentes. Mais do que isso, a partir dos grupos de pesquisa é possível entender o campo das políticas educacionais de modo relacionado a uma estrutura reticular, com diferentes índices de participação, conforme se constata por meio do Quadro 8.

QUADRO 8 – Participação dos Grupos de Pesquisa relacionados às Políticas Educacionais em Redes de Pesquisa (2020)

Participação	N.º de Grupos	% de Grupos
0	204	74,2
1	45	16,4
2	18	6,5
3	3	1,1
4	3	1,1
5	2	0,7
Total	**275**	**100,0**

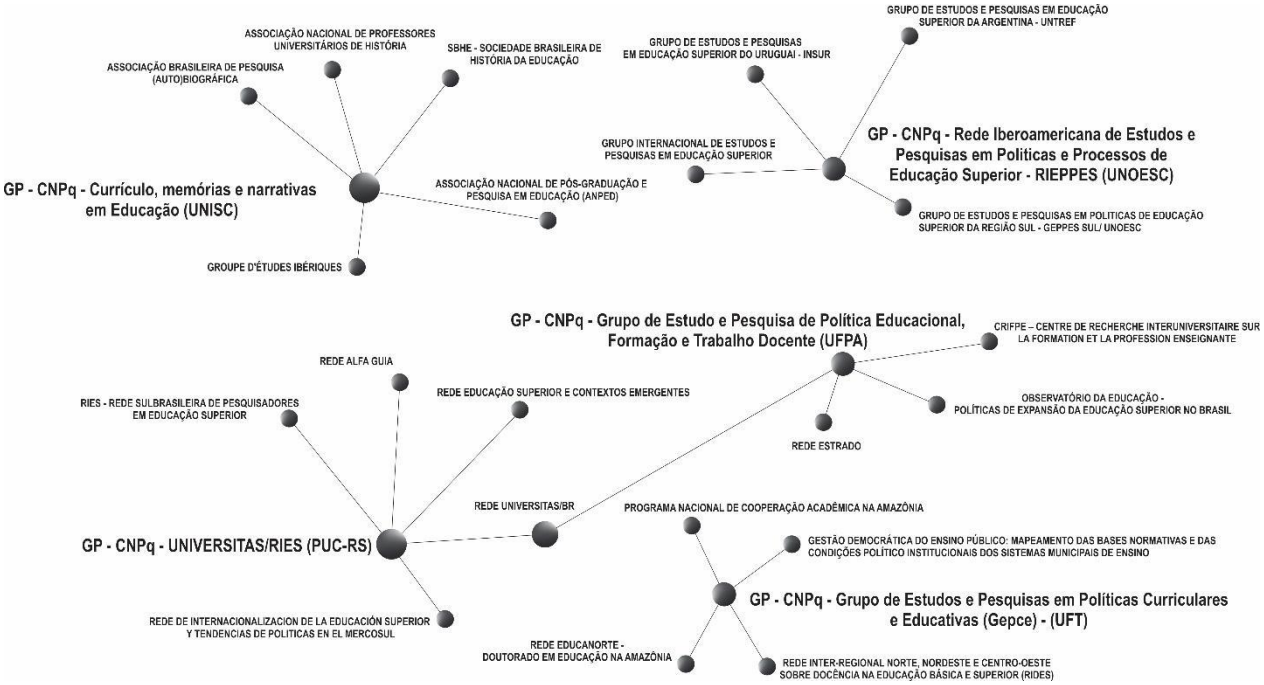
Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

A partir do Quadro 8 constata-se que dos 275 grupos de pesquisa identificados, apenas 71 (25,8%) deles estão articulados a pelo menos uma rede de investigação, o que em tese indica algum nível de interação no campo. Do total, 26 (9,5%) deles estão articulados a mais de uma rede de pesquisa e 5 (1,8%) grupos detém maior índice de vinculação.

Entre os 5 grupos que registram maior vinculação à redes de pesquisa, encontram-se os grupos Currículo, Memórias e Narrativas em Educação (UNISC), UNIVERSITAS/ RIES (PUC-RS), Rede ibero-americana de Pesquisas em Políticas e Processos de Educação Superior (RIEPES – UNOESC), Grupo de Estudos e Pesquisa de Política Educacional, Formação e Trabalho Docente (UFPA) e Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares e Educativas (GEPCE – UFT).

GRÁFICO 02 – Grupos de Pesquisa relacionados às Políticas Educacionais com maiores índice de vinculação à Redes de Pesquisa (2020**)**

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023



Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

Sob o ponto de vista das redes de pesquisa já estabelecidas e os índices de grupos a elas vinculados, constatou-se que das 71 redes de pesquisa indicadas na amostra, sete (7) delas concentram 53,52% dos grupos de pesquisa identificados no DGP- CNPq. Entre essas unidades reticulares de produção de conhecimento no campo encontram-se as seguintes: Rede HISTEDBR - História, Sociedade e Educação no Brasil, com 8 grupos de pesquisa a ela vinculados; Rede de Estudos de Implementação de Políticas Públicas Educacionais – REIPPE, Rede de Estudos e Pesquisas em Planejamento e Gestão Educacional – REPLAG e Rede UNIVERSITAS, cada uma com 7 grupos vinculados; e, Associação de Universidades Grupo Montevidéu (AUGM), Rede Escola Pública e Universidade, REDE ESTRADO - Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente, com 3 grupos de pesquisa respectivamente vinculados .

No que diz respeito a colaboração institucional, constatou-se que dos 275 grupos, apenas 90 (32,7%) deles identificaram instituições parceiras. Destes, apenas 18 ou 6,5% do total da amostra apresentam 5 ou mais instituições com as quais estabeleceram vínculos de colaboração em pesquisa (Quadro 9).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

QUADRO 9 – Colaboração institucional dos Grupos de Pesquisa relacionados às Políticas Educacionais (2020)

Identificação do Grupo	Instituição		Total
	Nacional	Internacional	
Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" - UNICAMP	20	0	20
Políticas Educacionais e Gestão Escolar - PUC - Goiás	12	0	12
GEPES - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior - UNICAMP	10	2	12
Estado e políticas públicas de educação básica - UFRGS	6	4	10
Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais- GREPPE-UNICAMP	5	4	9
Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Curriculares - UFPB	9	0	9
Currículo, memórias e narrativas em Educação - UNISC	5	2	7
Políticas, Gestão Educacional e Formação Humana - UFMA	7	0	7
GEPE- Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Especial e Inclusão - UFSM	5	2	7
Educação Transversal - UFES	6	0	6
Políticas Públicas e Formação de Professores - PUC – Paraná	4	2	6
Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Docências, Pedagogias e Diferenças - UNISINOS	4	2	6
Educação e Vulnerabilidade Social no Território - UNICID	5	0	5
Observatório do Ensino Médio de Santa Catarina - FURBE	5	0	5
Observatório de Práticas Escolares - UDESC	5	0	5
Núcleo de Estudos Educação e Gestão do Cuidado - UFRGS	5	0	5
Grupo de Estudo e Pesquisa Estado, Política e Gestão da Educação – GEPGE - UFGD	5	0	5
Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e In/Exclusão - FURG	4	1	5

Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

Embora a amostra revele a existência de grupos vinculados a mais de 10 instituições, como é caso do GEPES - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior – UNICAMP, do grupo Políticas Educacionais e Gestão Escolar - PUC – Goiás e do Grupo de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil" – UNICAMP, o índice de vínculos com instituições estrangerias é pouco representativo. Dos 18 grupos mais representativos em termos de colaboração interinstitucional, apenas 8 deles apresentam colaboração com instituições do exterior. Também se constatou baixo índice de colaboração interinstitucional com instituições do exterior no âmbito total da amostra. Dos 90 grupos identificados, apenas 23 ou 25,5% deles apresentam vinculo internacional colaborativo.

Ao todo foram identificadas 100 instituições com as quais os grupos de pesquisa

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

indicam vinculo colaborativo, 77 (77,0%) nacionais e 23 (23,0%) estrangeiras. Entre as instituições nacionais com maior grau de vinculação colaborativa destaca-se a Universidade Federal de Pelotas, com 7 vínculos colaborativos estabelecidos, o que corresponde 4,2 de grau colaborativo (Quadro 10). Já em relação as instituições estrangeiras, das 23 identificadas, apenas 2 contam com mais de um vínculo colaborativo, quais sejam: Universidad de Chile - U.Chile, com 3 vínculos e grau colaborativo 1,8; e, Universidade do Porto - U.Porto, com 2 vínculos e grau colaborativo 1,2. (DGP – CNPq, 2020).

QUADRO 10 – Instituições nacionais com maior grau de vínculo com Grupos de Pesquisa relacionados às Políticas Educacionais (2020)

Instituição	n.º de vínculos	Grau colaborativo
Universidade Federal de Pelotas - UFPEL	7	4,2
Fundação Carlos Chagas - FCC	5	3,0
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	5	3,0
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	5	3,0
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	5	3,0
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	5	3,0
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ	4	2,4
Universidade de São Paulo - USP	4	2,4
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ	4	2,4
Universidade Federal do Maranhão - UFMA	4	2,4

Fonte: Elaboração própria a partir do DGP – CNPq (2020)

Mesmo que tenhamos um número relativamente alto de pesquisadores e estudantes vinculados aos grupos de pesquisa conforme já demostrado e, apesar de algumas exceções, os baixos índices de vinculação entre si, às redes de pesquisa já estabelecidas, assim como no que diz respeito à colaboração interinstitucional, permitem inferir que o campo dedicado à produção do conhecimento em Políticas Educacionais no Brasil não apresenta indicadores expressivos de interação acadêmica colaborativa. O mesmo pode ser dito quanto ao processo colaborativo internacional. Isso, contudo, não significa que não exista colaboração. Vale salientar que diversos grupos que compõe a amostra desenvolvem práticas colaborativas em âmbito internacional. No entanto, se levarmos em conta que dos 275 grupos identificados, apenas 23 ou 8,4% deles possui vínculo internacional colaborativo indicado, este percentual é significativamente baixo.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

PALAVRAS FINAIS

Embora seja necessário adensar a análise quanto à estrutura reticular configurada a partir dos grupos de pesquisa relacionados às Políticas Educacionais no Brasil, o resultado analítico até aqui realizado revelou um campo de produção do conhecimento significativamente amplo, complexo e, em processo de expansão no país. Sob o ponto de vista da institucionalização dos grupos de pesquisa relacionados ao campo, verificou-se que mesmo diante do progressivo aumento quantitativo, isso não significa necessariamente que todos os grupos estejam no mesmo nível de consolidação, seja sob o ponto de vista da interação acadêmica e institucional com outros grupos, de configuração epistemológica e, inclusive, sob o aspecto de difusão do conhecimento produzido no país.

Os dados compulsados também revelaram que mesmo que tenhamos um número relativamente alto de pesquisadores e estudantes a estes grupos vinculados, isso não significa indicadores expressivos de interação acadêmica colaborativa entre os grupos de pesquisa em tela. Apesar de algumas exceções, os baixos índices de vinculação colaborativa entre si, às redes de pesquisa já estabelecidas, assim como no que diz respeito à colaboração interinstitucional são indicativos dessa baixa interação acadêmica.

Ainda que seja preciso melhor mensurar em que medida realmente há uma colaboração acadêmica no contexto mais amplo do campo, é possível considerar a existência de uma estrutura orgânica configurada, em menor ou maior densidade, a partir dos círculos relacionais de cooperação próprios e tecidos entre pesquisadores dedicados a este campo de investigação acadêmica. Rastreá-las certamente emergem como uma tarefa que precisa ser realizada futuramente.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **A Educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 2004. 79 p.

AZEVEDO, Janete Maria Lins.; AGUIAR, Márcia Angela da Silva. Políticas da educação: concepções e programas. *In*: WITTMANN, Lauro Carlos.; GRACINDO, Regina Vinhaes. (Coord.). **O Estado da arte em política e gestão da educação no Brasil**: 1991 a 1997. Brasília: ANPAE; Campinas: Autores Associados, 2001. p. 71-87.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

BALL, Stephen John.; MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). **Políticas Educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011a, p. 78 – 99.

BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las elites hispanoamericanas coloniales: enfoques y posturas. **Anuario IEHS**. Argentina: Tandil, n.º 15. 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O campo científico**. *In*: ORTIZ, Renato. (Org.). Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Diretoria de Avaliação. **Relatório da avaliação quadrienal 2021:** educação. Avaliação quadrienal 2017-2020. Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_ RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaEducao.pdf. Acesso em: 29 maio 2023.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **Redes intelectuales en América Latina**: hacia la constitución de una comunidad intelectual. Santiago: Instituto de Estudios Avanzados – Universidad Santiago de Chile, 2007.

MAINARDES, Jefferson. FERREIRA, Marcia dos Santos; TELLO, Cesar. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. *In*: BALL, Stephen John.; MAINARDES, Jefferson. (Orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 143-172.

MAINARDES, Jefferson. Panorama dos grupos de pesquisa de Política Educacional no Brasil. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 15, e79217, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692021000100131&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 08 de set. de 2021.

MARTINS, Angela Maria. (Org.). **Estado da Arte**: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000-2008). Brasília: Líber Livros, 2011a.

MARTINS, Ângela Maria. A Pesquisa na área de política e gestão da educação básica: aspectos teóricos e metodológicos. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, p. 45-57, 2011b.

MARTINS, Ângela Maria. O campo das políticas públicas de educação: uma revisão da literatura. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 24, n. 56, p. 276-299, set./dez. 2013

PAIVA, Vanilda. Pesquisa educacional e decisão política. *In*: WARDE, Miriam. (Org.). **Novas políticas educacionais**: críticas e perspectivas. São Paulo: PUC-SP, 1998. p. 125-137.

SANTOS, **Ana Lúcia Felix dos**.; AZEVEDO, **Janete Maria Lins de**. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14 , n. 42, p. 534 - 605, set./dez. 2009.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2014.

TELLO, Cesar.; MAINARDES, Jeferson. Revistando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015.

WITTMANN, Lauro Carlos; GRACINDO, Regina Vinhaes (Coord.). **O Estado da arte em política e gestão da educação no Brasil**: 1991 a 1997. Brasília: Anpae; Campinas: Autores Associados, 2001. 149 p.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 24, n. 3, p. 163-182, set./dez. 2023.
Recebido em: 06/12/2023 | Aceito em: 10/12/2023